

Parlamentar - 1 MAR 1987 aplaude ato de Brossard

São Paulo — Aplaudo e espero que a medida seja mesmo posta em prática, declarou ontem o deputado estadual eleito pelo PDS e ex-secretários da segurança pública de São Paulo, coronel Erasmo Dias ao tomar conhecimento da determinação do ministro da Justiça, que mandou fechar 8 — empresas de vigilância espalhada pelo país.

Nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo existe o maior número de empresas clandestinas, onde os vigilantes não recebem qualquer formação para portarem uma arma. Segundo o deputado Erasmo Dias que há dois anos é coordenador em São Paulo de formação, especialização e treinamento da empresa "Serviços Gerais", uma empresa de vigilantes — uma rigorosa fiscalização e o fechamento de grande número de formadoras de vigilantes, vem sendo defendida há anos por ele.

O coronel Erasmo Dias, quando foi Secretário de Segurança de São Paulo, afirma que de um total de — empresas, fechou quatro, e em sua gestão não concedeu nenhum novo alvará de funcionamento. "É coisa muito séria dar poder de polícia a um vigilante. Quase todas as empresas formam esses profissionais sem o menor critério. Se o vigilante não souber portar a arma ele será muito mais um bandido do que um policial".

ANC 88
Pasta 01 a 05
março/87
007

Feldmann já articula frente dos ecológicos

Quando decidi participar das eleições de novembro, o advogado e administrador de empresas Fábio Feldmann chegou a ser considerado um candidato "inviável". Mas conseguiu eleger-se pelo PMDB de São Paulo, com 46 mil e 200 votos, e hoje orgulha-se de ser o único deputado federal "ecológico" na Constituinte.

Com dez anos de militância ecológica, Fábio Feldmann não quer, porém, ser uma voz solitária no Congresso em defesa do meio ambiente. Por isso, articula a criação de uma "Frente Verde" de parlamentares, para que sejam incluídas na nova Constituição propostas que ele considera fundamentais na área para o Brasil.

Presidente de duas entidades ecológicas (Oikos e Fundação SOS Mata Atlântica) e coordenador da subcomissão de Meio-Ambiente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, Fábio Feldmann diz que obteve uma ótima receptividade dos parlamentares com quem já conversou sobre suas propostas. Entre eles, cita Rita Camata (PMDB-ES), Victor Buaziz (PT-ES), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Gastone Righi (PTB-SP), Otávio Elísio (PMDB-MG) e Cunha Bueno (PDS-SP).

Lobbies

Cercado de samambaias e outras plantas que enfeitam o seu gabinete, o "deputado ecológico" se confessa "perplexo" com a atuação dos "lobbies" na Constituinte, especialmente os das empresas estatais e da indústria química. Este último, lembra, representa os interesses do mercado de agrotóxicos, que anualmente movimentam em torno de 700 milhões a 1 bilhão de dólares no Brasil.

"Já recebi visita até de um representante da Nuclebrás", ressalta Fábio Feldmann, que em sua campanha defendeu arduamente o fim do programa nuclear brasileiro. Essa, aliás, é uma das propostas que o deputado deseja ver incluída na nova Constituição. Para tanto, deverá desenvolver trabalhos na subcomissão de Meio Ambiente e Questão Indígena, diretamente ligada à Comissão de Ordem Social.

Além da desativação das usinas nucleares brasileiras, o



Deputado criticou programa nuclear

deputado Fábio Feldmann é favorável, também, à realização de um estudo de "impacto ambiental", sempre que se for construir um grande projeto, para que se avalie os efeitos sobre a fauna, flora e grupos humanos da área atingida. Ele acha que a população tem o direito à informação na área ambiental, que é dever do estado produzir essa informação e espera que, agora, a Constituinte defina com clareza os crimes ecológicos.

Sobre a quem cabe legislar a respeito de meio ambiente, Fábio Feldmann tem um ponto de vista firmado: a União, os estados e os municípios devem ser responsáveis por essa legislação, prevalecendo, no entanto, sempre a norma que for mais rigorosa, na defesa da ecologia.

Suas propostas incluem, ainda, a ampliação dos mecanismos de defesa e acesso ao judiciário, como, por exemplo, no caso das ações populares, que atualmente, em questões ecológicas, só podem ser movidas por pessoas físicas, excluindo as entidades.

Uma das grandes polêmicas para Fábio Feldmann relaciona-se exatamente com sua opinião sobre o Partido Verde Brasileiro. O deputado frisa que é um "exagero" dizer que ele é radicalmente contra o partido. Acha, apenas, que os temas ecológicos não foram absorvidos por grande parte da população e que, em função disso, não se justifica a existência de um Partido Verde